

N.F. Nº - 269117.0029/22-3
NOTIFICADO - BNRV TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.
NOTIFICANTE- CLÁUDIO MARCELO MASCARENHAS DE CASTRO
ORIGEM - DAT NORTE / IFMT NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 26/12/2023

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0210-01/23NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. DOCUMENTO FISCAL INIDÔNEO. Inidoneidade do documento fiscal não caracterizada. A nota fiscal de remessa para o destinatário fez referência à nota fiscal de venda ao adquirente originário que já indicava que o local de entrega seria a filial localizada em Salvador. O documento fiscal objeto desta notificação fiscal se referia a uma efetiva operação já anunciada no documento fiscal referenciado no campo “dados adicionais” e não há qualquer indício de fraude, tornando ilegítima a exigência fiscal do transportador. Notificação fiscal **NULA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A notificação fiscal em lide, lavrada em 30/09/2022, formaliza a exigência de ICMS no valor total de R\$ 13.444,11 em decorrência da emissão de documento fiscal em que ocorreu omissão de indicações e/ou informações necessárias à perfeita identificação da operação ou prestação (53.01.25), ocorrido no dia 14/08/2022, acrescido de multa de 100%, conforme previsto na alínea "a" do inciso IV do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O notificante acrescentou que a nota fiscal que acompanhou a mercadoria, nº 90.056 (fls. 09 a 12), descreve uma operação de venda à ordem, embora o adquirente originário e o destinatário das mercadorias sejam estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular. Alegou que o Convênio S/N, de 15 de dezembro de 1970, não contempla a hipótese de remessa de mercadoria por conta e ordem de terceiro, em transferência à ordem, tornando imprestável o documento. Destacou que não foram incluídas na nota fiscal de remessa os dados identificadores da nota fiscal de emissão obrigatória do adquirente originário em nome do destinatário das mercadorias, impedindo a fiscalização da carga transportada, sendo imputada a responsabilidade pelo pagamento do imposto ao transportador por solidariedade.

O notificado apresentou defesa das fls. 23 a 27. Explicou que a empresa Bettanin S.A., localizada em Paulista/PE, vendeu uma mercadoria para uma filial da empresa Ferreira Costa e Cia LTDA, localizada em Recife/PE, que solicitou que a entrega fosse feita diretamente para outra filial da empresa localizada em Salvador/BA. Assim, a Bettanin emitiu a nota fiscal nº 90.050 em 10/08/2022 para a filial de Recife, tendo como natureza da operação a venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros entregue ao destinatário por conta e ordem do adquirente. Depois, a Bettanin emitiu outra nota fiscal de nº 90.056 em 10/08/2022 para entregar a mercadoria diretamente à filial da Ferreira em Salvador. O notificado, então, emitiu o conhecimento de transporte nº 41.686 em 10/08/2022 para transportar a respectiva mercadoria para Salvador. Por fim, a filial da Ferreira Costa em Recife emitiu a nota fiscal nº 932.595 em 16/08/2022, transferindo simbolicamente a mercadoria para a filial de Salvador.

Diante dos fatos, concluiu que a presente notificação fiscal deveria ter sido lavrada contra a empresa Ferreira Costa, pois não é a responsável pela emissão da nota fiscal de transferência simbólica das mercadorias. Anexou DAE emitido pela Ferreira Costa que supostamente refere-se ao pagamento de antecipação parcial referente à nota fiscal nº 932.595, mas sem qualquer referência no respectivo documento nem comprovante do efetivo recolhimento.

VOTO

A presente notificação fiscal consiste na exigência de ICMS em razão da consideração de inidoneidade de documento fiscal por tratar-se de remessa por conta e ordem em que o adquirente originário e o destinatário são estabelecimentos da mesma empresa e em razão da falta de indicação na nota fiscal de remessa da respectiva nota fiscal de remessa simbólica da mercadoria.

A presente exigência fiscal tem como objeto as mercadorias constantes na nota fiscal nº 90.056, anexada das fls. 09 a 12, cujo valor total era de R\$74.689,52, conforme demonstrativo à fl. 04. Na referida nota fiscal consta no campo “dados adicionais” a seguinte indicação:

*“NAO ACEITAMOS DEVOLUCOES SEM PREVIA AUTORIZACAO*Nao aceitamos consideracoes posteriores ao ato da entrega.*Remessa: 0085039439*Em caso de divergencia registre a ocorrencia no canhoto da NF-e e CTCR.*E-mail para contato no verso da DANFE.*VEDADO DESTAQUE DO ICMS CFE LIVRO II, ART. 59 DO DEC. 37.699/97*Data e Hora Impressao: 10.08.2022 08:07:40*Cod. Representante: 5001882*Cubagem 10,490 M3*Conta e Ordem Rem.*Remessa por venda a ordem de: FERREIRA COSTA & CIA LTDA*End.: AV MARECHAL MASCAR 2629, GALPAO 03*CNPJ: 10.230.480/0015-36 Ins.: 008784566*Mercadoria faturada pela nossa NF nr.: 000090050 de 10.08.2022*Remessa: 0085039439*PIS E COFINS COM BASE DE CALCULO REDUZIDA TRANSITADO EM JULGADO CONFORME PROCESSO JUDICIAL n(o): 50025073420194047112 de 27.11.2020*Detentor do regime especial de ST, conforme processo no 2014.000006257085-16.*Detentor do regime especial de ST, conforme processo no 2014.000006257085-16.*NUMERO DO PEDIDO 21136743.”*

Assim, na referida nota fiscal consta a indicação de tratar-se de remessa por conta e ordem e a indicação da nota fiscal nº 90.050, emitida em 10/08/2022, cuja chave de acesso consta no campo referente à nota fiscal referenciada cujo número é 2622088972444700020655000000900501668949585. Em consulta à nota fiscal 90.050 no portal da NF-e, verifiquei que essa nota se refere à venda efetiva das mercadorias indicadas na nota fiscal nº 90.056, e consta como endereço de entrega o estabelecimento localizado em Salvador, indicado na nota fiscal nº 90.056, além de se referirem ao mesmo número de remessa e mesmo número de pedido, conforme o seguinte texto constante no campo “dados adicionais”:

*“*SEM VALOR PARA O TRANSITO. MERCADORIA SERA ENVIADA POSTERIORMENTE.*Data e Hora Impressao: 10.08.2022 08:01:22*Cod. Representante: 5001882*Cubagem 10,490 M3*Conta e Ordem Fatura*Remessa: 0085039439*Mercadoria emitida para FERREIRA COSTA & CIA LTDA*End.: AV LUIS VIANA 6180, SUB AND/1*CNPJ: 10.230.480/0011-02 Ins.: 082162155*PIS E COFINS COM BASE DE CALCULO REDUZIDA TRANSITADO EM JULGADO CONFORME PROCESSO JUDICIAL n(o): 50025073420194047112 de 27.11.2020*Detentor do regime especial de ST, conforme processo no 2014.000006257085-16.*NUMERO DO PEDIDO 21136743.”*

Em relação à utilização da sistemática de venda à ordem, não há qualquer empecilho mesmo sendo o adquirente originário e o destinatário estabelecimentos da mesma empresa. A empresa Bettanin, vendedor remetente, emitiu a nota fiscal em nome do destinatário (nota fiscal nº 90.056), sem destaque do ICMS, mas não indicou a nota fiscal que já deveria ter sido emitida pela Ferreira Costa de Recife com destino à sua filial em Salvador, indicando, porém, a nota fiscal para o adquirente originário (nota fiscal nº 90.050). A nota fiscal simbólica da Ferreira Costa de Recife, adquirente originário, com destino à sua filial em Salvador, somente foi emitida em 16/08/2022 (nota fiscal nº 932.595, fls. 33 a 35), após o início da ação fiscal consignada no Termo de Ocorrência, emitido em 14/08/2022 e assinado pelo transportador (fl. 05).

Apesar da efetiva falta de indicação na nota fiscal nº 90.056 da nota fiscal emitida pelo adquirente originário com destino à sua filial em Salvador, onde estaria registrado o cumprimento da obrigação tributária principal, entendo que a nota fiscal nº 90.056, utilizada para remessa efetiva da mercadoria para o destinatário indicado pelo adquirente originário, não pode ser considerada como inidônea.

Há indicações suficientes que respaldam a emissão da nota fiscal de remessa. A nota fiscal nº 90.050, referenciada na nota fiscal nº 90.056, já indicava que essas mercadorias seriam remetidas

para a filial de Salvador por conta e ordem do adquirente originário localizado em Recife. A falta de indicação da nota fiscal de transferência das mercadorias do estabelecimento de Recife para a filial em Salvador poderia ser motivo para emissão da lavratura do lançamento de ofício contra a Ferreira Costa pela falta de emissão do documento fiscal onde constaria o cumprimento da obrigação tributária principal, como de fato ainda não havia sido emitido, pois somente ocorreu no dia 16/08/2022 (nota fiscal nº 932.595).

Assim, a nota fiscal nº 90.056, objeto desta notificação fiscal, se referia a uma efetiva operação já anunciada na nota referenciada no campo dados adicionais (NF nº 90.050). Não há indício de fraude cometida e o valor e as mercadorias indicadas nas notas fiscais nº 90.056 e 90.050 são idênticos.

Desse modo, ao notificado, transportador das mercadorias, não poderia ser atribuída a responsabilidade do pagamento por solidariedade, tornando a presente exigência fiscal insubsistente por ilegitimidade passiva.

Ademais, à época da lavratura da presente notificação fiscal, dia 30/09/2022, já haviam decorridos 45 dias em que o adquirente originário já havia emitido a nota fiscal que supria o cumprimento da obrigação tributária principal (nota fiscal nº 932.595).

Diante do todo exposto, voto pela NULIDADE da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **NULA** a notificação fiscal nº **269117.0029/22-3**, lavrada contra **BNRV TRANSPORTE DE CARGAS LTDA**, devendo ser intimado o notificado para tomar conhecimento da decisão.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 06 de dezembro de 2023.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVEA – JULGADOR